

DELEUZE, A FILOSOFIA COMO EXPERIMENTAÇÃO

Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci¹

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

 <https://orcid.org/0000-0003-2914-3032>

E-mail: vinci@unicamp.br

RESUMO:

Retomando o famoso prólogo ao livro *Diferença e Repetição*, no qual Gilles Deleuze pontua se aproximar o tempo no qual não seria possível escrever um livro de filosofia como outrora, procuraremos pensar a evocação deleuziana da necessidade de adotarmos um novo tom e novas regras para o exercício filosófico. Acreditamos que retomar esse apelo do filósofo nos lançaria no coração da concepção deleuziana e deleuze-guattariana da filosofia como um exercício de experimentação. A fim de perseguir quais tons e regras estariam no horizonte do filósofo francês, buscaremos nos aprofundar nas analogias experimentadas por Deleuze em seu prólogo, ao sugerir que um tratado filosófico deveria soar tanto como uma espécie de romance policial quanto como uma ficção científica. Esse excursão, defendemos, não apenas nos auxiliaria na compreensão deleuziana e deleuze-guattariana da filosofia como experimentação, como também possibilitaria rascunhar algumas pistas sobre o papel da história da filosofia no coração dessa concepção outra apresentada por Deleuze.

PALAVRAS-CHAVE: Gilles Deleuze; Experimentação; História da Filosofia.

DELEUZE AND PHILOSOPHY AS EXPERIMENTATION

ABSTRACT:

Returning to the famous prologue to the book *Difference and Repetition*, in which Gilles Deleuze points out that the time is approaching when it would not be possible to write a philosophy book as before, we will try to think about the deleuzian evocation of the need to adopt a new tone and new rules for the exercise philosophical. We believe that resuming this philosopher's appeal would launch us into the heart of deleuzian and deleuze-guattarian conception of philosophy as experimentation. The author suggesting that a philosophical treatise should sound as much like a kind of detective novel as it does like science fiction. This excursion, we argue, would not only help us in the deleuzian and deleuze-guattarian understanding of philosophy as experimentation, but would also make it possible to outline some clues about the role of the history of philosophy at the heart of this conception.

KEYWORDS: Gilles Deleuze; Experimentation; History of Philosophy.

¹Doutor(a) em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, Brasil. Professor(a) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, Brasil.

Introdução

Em 1973, como resposta às críticas formuladas por um ex-estudante, Michel Cressole, Gilles Deleuze redigiu um de seus textos mais combativos, sob a forma epistolar, intitulado Carta a um crítico severo . Em sua missiva, além de responder aos ataques que lhe foram dirigidos por Cressole, Deleuze não apenas denunciou o papel repressor exercido pela história da filosofia para os/as estudantes de sua geração, como, em um dos raros momentos de sua obra, rascunhou alguns breves comentários acerca dos seus procedimentos de trabalho; buscando, assim, explicitar por quais caminhos acreditava ser possível se desvencilhar das armadilhas impostas por aquele “Édipo propriamente filosófico”:

Sou de uma geração, uma das últimas gerações que foram mais ou menos assassinadas com a história da filosofia. A história da filosofia exerce em filosofia uma função repressora evidente, é o Édipo propriamente filosófica: “Você não vai se atrever a falar em seu nome enquanto não tiver lido isto e aquilo, e aquilo sobre isto, e isto sobre aquilo”. Na minha geração muitos não escaparam disso, outros sim, inventando seus próprios métodos e novas regras, um novo tom. Quanto a mim, ‘fiz’ por muito tempo história da filosofia, fiz livros sobre tal ou qual autor. Mas eu me compensava de várias maneiras. Primeiro, gostando dos autores que se opunham à tradição racionalista [...]. Mas minha principal maneira de me safar nessa época foi concebendo a história da filosofia como uma espécie de enxada, ou, o que dá no mesmo, de imaculada concepção. Eu me imaginava chegando pelas costas de um autor e lhe fazendo um filho, que seria seu, e no entanto seria monstruoso. (DELEUZE, 2007a, p. 14)

A defesa da necessidade dos/as filósofos/as inventarem métodos próprios, bem como novas regras e novos tons, não configurou uma novidade aos/às seus/suas leitores/as, uma vez que Deleuze apenas retomava um prognóstico enunciado anos antes no prólogo de *Diferença e Repetição*. Ali, Deleuze demonstrara sua insatisfação com o estilo adotado por boa parcela dos tratados filosóficos e enunciara: “aproxima-se o tempo em que já não será possível escrever um livro de Filosofia como há muito se faz: ‘Ah! o velho estilo...’. A pesquisa de novos meios de expressão filosófica foi inaugurada por Nietzsche e deve prosseguir, hoje, relacionada à renovação de outras artes, como, por exemplo, o teatro ou o cinema” (DELEUZE, 2006, p. 18). A defesa entusiástica por um outro estilo² de filosofar, inventivo e não apenas reflexivo, alinhava-se à crítica do caráter repressor da história da filosofia que, anos depois, seria fartamente trabalhada em suas obras, mormente naquela elaborada ao lado de Félix Guattari, *O que é a Filosofia?*, na qual lemos:

Não fazemos nada de positivo, mas também nada no domínio da crítica ou da história, quando nos contentamos em agitar velhos conceitos estereotipados como esqueletos destinados a intimidar toda criação, sem ver que os antigos filósofos, de que são emprestados, faziam já o que se queria impedir os modernos de fazer: eles criavam seus conceitos e não se contentavam em limpar, em raspar os ossos, como o crítico ou historiador de nossa época. Mesmo a história da filosofia é inteiramente desinteressante se não se propuser a despertar um conceito adormecido, a relaná-lo numa nova cena, mesmo a preço de voltá-lo contra ele mesmo. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 109)

² Seguindo a leitura proposta por Anne Sauvagnargues (2010), o estilo em Deleuze deve ser compreendido não como uma marca autoral própria, resquício de uma subjetividade ou um operador de identidade. Antes, estilo significaria uma “uma passagem de afetos que arrasta, contamina e subverte os compostos significantes da língua para fazer surgir novos perceptos” (SAUVAGNARGUES, 2010, p. 20).

A história da filosofia, ao menos em um diapasão deleuziano e deleuzo-guattariano, não deveria se limitar a produzir uma mera exegese de certos conceitos caros à tradição, dedicando-se única e exclusivamente à fabricação de extensos comentários, mas sim se subordinar a certo modo de experimentar o exercício filosófico como criação conceitual. Caso retornemos ao prólogo de *Diferença e Repetição* (DELEUZE, 1988), reencontramos tal concepção expressa na inusitada defesa deleuziana de que um livro de filosofia deveria soar aos/às seus/suas leitores/as tanto como um romance policial, uma vez que os conceitos – alheios ou não – deveriam ser recuperados/criados para intervir em determinada situação problemática, bem como operar tal qual uma obra de ficção científica, haja visto o caráter intempestivo do pensamento filosófico, atuando sempre contra o tempo do agora e à favor de um tempo por vir. A história da filosofia, em linhas gerais, só deixaria de soar como um exercício repressor caso deixemos de nos relacionar com ela a partir de uma posição meramente contemplativa ou reflexiva, quase reverencial, passando a experimentá-la tal qual um pintor experimenta suas colagens, como chegou a sugerir o próprio Deleuze naquele mesmo prólogo (1988)³:

Parece-nos que a História da Filosofia deve desempenhar um papel bastante análogo ao da colagem numa pintura. A História da Filosofia é a reprodução da própria Filosofia. Seria preciso que a resenha em História da Filosofia atuasse como um verdadeiro duplo e que comportasse a modificação máxima própria do duplo. (Imagina-se um Hegel filosoficamente barbudo, um Marx filosoficamente imberbe, do mesmo que uma Gioconda bigoduda) Seria preciso conseguir apresentar um livro real da Filosofia passada como se tratasse de um livro imaginário e fingido. (DELEUZE, 1988, p. 18)⁴

Tal analogia expressaria o apreço de Deleuze em pensar a história da filosofia como um instrumento a serviço da criação conceitual, uma ferramenta a ser experimentada. Por meio da leitura de outros/as filósofos/as, apenas, o exercício filosófico poderia se aproximar de certo empirismo que lhe seria inerente⁵, possibilitando-nos construir um campo problemático singular, o dito romance policial, no qual certos conceitos podem ser recuperados/criados de modo a intervir em seu interior para produzir um outro estado de coisas a partir de pontos de referência outros, a dita ficção científica. Aproximamo-nos, então, daquele novo tom almejado por Deleuze, compreendido como a busca pela criação de um estilo singular de filosofar por meio da adoção de novos meios de expressão por parte daquele/a predisposto/a a experimentar pensar a fim de

3 Essa aproximação retornaria décadas depois, em uma entrevista concedida na década de 1980, momento no qual Deleuze voltaria a referendar a necessidade da Filosofia se aproximar da pintura para realização de suas exegeses e emendaria: “como em pintura, é preciso fazer semelhante, mas por meios que não sejam semelhantes, por meios diferentes: a semelhança deve ser produzida, e não ser um meio para reproduzir (aí nos contentaríamos em redizer o que o filósofo disse)” (DELEUZE, 2007b, p. 169). A história da filosofia, na acepção deleuziana, não deveria prestar-se ao comentário apenas, redizer o outrora dito por alguém, mas produzir uma espécie de duplo, o supramencionado “livro imaginário e fingido”, no qual seria possível apresentar aquilo que um pensador “necessariamente subentendia, o que ele não dizia e que, no entanto, está presente naquilo que ele diz” (DELEUZE, 2007b, p. 170).

4 Em *Diferença e Repetição*, História da Filosofia é grafado com as iniciais em maiúsculo, opção gráfica que os textos tardios de Deleuze abdicam. Para esse artigo, recorremos a grafia em minúsculo por compreendermos que a empreitada do autor não é contra uma disciplina específica – a História da Filosofia –, mas contra um modo de trabalho ou, em outros termos, um modo de pensar/conceber a relação com a tradição filosófica. Esse modo, a nosso ver, transcende a toda e qualquer fronteira disciplinar.

5 Ainda em *Diferença e Repetição*, lemos: “De modo algum é o empirismo uma reação contra os conceitos, nem um simples apelo à experiência vivida. Ao contrário, ele empreende a mais louca criação de conceitos, uma criação jamais vista ou ouvida. [...] Só o empirista pode dizer: os conceitos são as próprias coisas, mas as coisas em estado livre e selvagem, para além dos ‘predicados antropológicos’. Eu faço, refaço e desfaço meus conceitos a partir de um horizonte móvel, de um centro sempre descentrado, de uma periferia sempre deslocada que os repete e os diferencia” (DELEUZE, 1988, p. 17).

responder a um problema específico; bem como das novas regras para o exercício filosófico, atreladas ao ato de transtornar o caráter repressor da história da filosofia, experimentando-a como uma ferramenta a serviço da criação conceitual.

Esse artigo pretende se debruçar sobre a concepção deleuziana e deleuzo-guattariana da filosofia como experimentação⁶, retomando o apelo deleuziano apresentado no prólogo de *Diferença e Repetição* pela necessidade de adotarmos outros tons e outras regras para o exercício filosófico. A fim de perseguir quais tons e regras estariam no horizonte do filósofo francês, buscaremos nos aprofundar nas analogias experimentadas por Deleuze em seu prólogo, ao sugerir que um tratado filosófico deveria soar tanto como uma espécie de romance policial quanto como uma ficção científica. Esse excuro, defendemos, não apenas nos auxiliaria na compreensão deleuziana e deleuzo-guattariana da filosofia como experimentação, como também possibilitaria rascunhar algumas pistas sobre o papel da história da filosofia no coração dessa concepção.

Um novo tom em filosofia

Ao sugerir a possibilidade de um livro de filosofia soar como “um tipo muito particular de romance policial”, ou seja, um livro no qual “os conceitos devem intervir, como uma zona de presença, para resolver uma situação local”, Deleuze (1988, p. 17) não apenas insistiu na viabilidade de produzirmos um livro de filosofia em um tom diferente daquele adotado pela tradição, como também referendou o seu apreço pelas popularmente conhecidas *detective story*⁷. Anos antes, por ocasião da publicação do milésimo exemplar da *Série Noir*, uma coleção voltada para o gênero policial, o filósofo havia dedicado uma curta resenha para discorrer sobre a evolução desse estilo literário e, já naquele momento, não titubeou em aproximá-lo de algumas tendências filosóficas. Para Deleuze (2006), existiriam duas espécies de romances investigativo: aqueles ditos tradicionais, nos quais encontraríamos um “detetive genial que consagrava toda sua força psicológica à busca e à descoberta da verdade” (DELEUZE, 2006, p. 111), e alguns mais singulares, tais quais os ilustrados pela *Série Noire*, no qual depararíamos com uma espécie de detetive “que arremete completamente ao acaso, mesmo correndo o risco de multiplicar os erros, mas acreditando que daí sairá alguma coisa” (DELEUZE, 2006, p. 113). Cada um desses tipos, por seu turno, remontaria a concepções filosóficas distintas.

Os romances policiais tradicionais, argumentou Deleuze (2006) à ocasião, retomavam os modelos clássicos de investigação filosófica e suas duas escolas: a francesa, representada por Descartes e de base dedutiva, e a inglesa, representa por Hobbes e de base indutiva. Enquanto os

⁶ Em *O que é a Filosofia?*, Deleuze e Guattari aproximam experimentação e pensamento, argumentando: “Pensar é experimentar, mas a experimentação é sempre o que se está fazendo – o novo, o notável, o interessante, que substituem a aparência de verdade e que são mais exigentes que ela. O que se está fazendo não é o que acaba, mas menos ainda o que começa. A história não é experimentação, ela é somente o conjunto das condições quase negativas que tornam possível a experimentação de algo que escapa à história. Sem história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica, ela é filosófica” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 143). Retornaremos, adiante, a essa contraposição entre filosofia e história.

⁷ Esses romances são considerados pela crítica literária como uma espécie de subgênero no interior das narrativas policiais modernas, carregado por elementos da cultura *noir* e caracterizado por misturar elementos de terror e suspense às histórias de detetives. Jacques Rancière (2021), outro autor interessado nessas narrativas literárias, assim define essa mudança: “o novo gênero policial nasce como um gênero ficcional paradoxal: a elucidação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos cuja racionalidade própria consiste em sua distância radical de todas as formas conhecidas de encadeamento causal das ações humanas que lhe são comparáveis. [...] Aquilo que chamamos de ‘romance policial’ é chamado em inglês de *detective story*, e nasce de fato com a personagem do detetive. Ora, este não é um policial privado ou amador. Ele é propriamente um não policial ou um antipolicial, um homem cujo status social e o modo de pensamento se opõem aos dos funcionários dedicados à gestão ordinária dos crimes e formados no tipo de racionalidade que está supõe” (RANCIÈRE, 2021, p. 78).

romances de Conan Doyle demonstrariam o gênio indutivo em operação, a partir do qual a verdade derivaria da interpretação de signos sensíveis, tal qual o faz Sherlock Holmes ao se deparar com pistas esparsas aqui e acolá; os romances de Gaston Leroux, por seu turno, recorreriam à uma intuição intelectual de base da qual a verdade poderia ser deduzida, tal qual Rouletabile, personagem imortalizado em *O Fantasma da Ópera*, para quem existiriam elementos invariáveis a partir dos quais seria possível deduzir a verdade de fato. Tanto o detetive clássico quanto o criminoso perseguido, ainda, partilhariam de um mesmo objetivo, qual seja: reivindicar “a justiça e a verdade, assim como as potências indutiva e dedutiva” (DELEUZE, 2006, p. 112). Heróis e vilões, por conseguinte, distinguir-se-iam não por conta de discordarem acerca da verdade, mas por a perseguirem a partir de métodos distintos.

Essa preocupação em acessar a verdade, prossegue Deleuze com sua comparação, acabaria ainda por aproximar esses romances policiais clássicos das tragédias gregas, dada a similaridade das angústias vivenciadas pelos detetives ou criminosos em sua busca pela verdade, bem como a necessidade em pagar um alto preço para acessá-la – “Édipo é justamente a única tragédia grega já dotada dessa estrutura policial”, diz-nos o autor (DELEUZE, 2006, p. 112)⁸. Esse interessante pela verdade, bem como a trágica disputa por acessá-la a qualquer preço, expressaria os inúmeros embates travados ao longo da história da filosofia em torno dos modos como poderíamos acessar uma verdade disposta alhures.

Eis que, com os romances policiais integrantes da *Série Noir*, o modelo clássico do detetive morre, cedendo espaço para um outro estilo de narrativa, na qual o dito herói apresentaria inúmeros vícios – alcoolismo, drogadição, insônia etc. – que, para além de o afastarem daquela tradicional busca pela verdade, o levariam a experimentar outras tantas situações responsáveis por conferir dinâmica à narrativa⁹. Em síntese, a busca pela verdade por meio de uma minuciosa investigação, seja ela de caráter indutivo ou dedutivo, cederia espaço para uma experimentação sem regras definidas a priori, totalmente carente de finalidade e com protocolos que são construídos conforme surgem os problemas com os quais o detetive errante se depara ou cria a partir de seus equívocos.

Se os modelos de investigação anteriores se recusavam a operar nessa chave, alocando vícios e crimes como derivados do desvio ou da má utilização de métodos diversos por parte de seus rivais no acesso à verdade, os novos romances policiais partiriam da ideia de que não há embate entre métodos distintos, tampouco verdade a ser descoberta, antes alguma situação a ser explorada e, na maioria das vezes, derivada de um equívoco que abria o campo sensível para outras experimentações. Tais situações não surgiriam do ataque de malfetores contra os valores sociais vigentes; não derivariam, por conseguinte, do embate entre duas verdades, aquela propagada e defendida por um Sherlock Holmes, por exemplo, contra outra, contrária, expressa por um professor Moriarty. Antes, tais situações surgiriam daquilo que, em outras ocasiões,

⁸ Anos depois, Michel Foucault (2003) faria um comentário similar sobre Édipo, mas sem compará-lo com um romance policial e sim o compreendendo como “o primeiro testemunho que temos das práticas judiciárias gregas” (p. 31). Diz-nos o autor em uma conferência proferida no Rio de Janeiro: “Como todo mundo sabe, trata-se de uma história em que pessoas – um soberano, um povo – ignorando uma certa verdade, conseguem, por uma série de técnicas de que falaremos, descobrir uma verdade que coloca em questão a própria soberania do soberano. A tragédia de Édipo é, portanto, a história de uma pesquisa da verdade; é um procedimento de pesquisa da verdade que obedece exatamente às práticas judiciárias gregas dessa época” (FOUCAULT, 2003, p. 31).

⁹ Jacques Rancière (2021), mais uma vez, reconhece esses mesmos elementos no novo gênero policial e, de forma didática, sintetiza: “O detetive que fornece ao romance policial sua substância própria é precisamente um outsider, alguém que vê de outro jeito por ser exterior às lógicas de visão produzidas pelas funções sociais de gestão das populações e de manutenção da ordem pública” (p. 78).

Deleuze (1985; 2016) denominou de urgência. Em *O que é o ato de criação?*, recuperando elementos de Dostoiévski, Deleuze assim expressou tal ideia:

Nos personagens de Dostoiévski se produz com muita frequência algo bastante curioso que pode ficar como um pequeno detalhe. Geralmente, eles são muito agitados. Um personagem sai, desce para a rua e diz: “Tânia, a mulher que eu amo, está me pedindo ajuda. Vou correr, ela vai morrer se eu não for até lá”. Ele desce pela escada e encontra um amigo, ou então vê um cão atropelado, prestes a morrer, e ele esquece, ele esquece completamente que Tânia o está esperando. Ele esquece. Põe-se a falar, cruza com outro camarada, vai tomar chá na casa dele e, de repente, diz mais uma vez: “Tânia me espera, preciso ir até lá”. O que isso quer dizer? Em Dostoiévski, os personagens são perpetuamente tomados por urgências e, ao mesmo tempo em que estão tomados por estas urgências, que são questões de vida ou morte, eles sabem que há uma questão ainda mais urgente- e não sabem qual é. (DELEUZE, 2016, p. 336-337)

Tal qual os detetives errantes da *Série Noir*, os personagens de Dostoiévski apreciados por Deleuze não se entregam aos problemas tais quais aparecem, antes partem em busca de outras aventuras, por acreditarem serem outros os reais problemas ou, ainda, por entenderem que as ações possíveis de serem tomadas não resolveram de todo o problema tal qual colocado. Por qual motivo, afinal, Tânia se encontraria em perigo? Salvá-la acabaria por extinguir esse perigo ou, antes, apenas o suspenderia temporariamente? O problema, talvez, não seria aquele aparente, mas outro, mais vital, passível de ser tangenciado apenas ao escaparmos da cadeia ordinária da razão, ao deslocarmos os modos como sentimos e pensamos o mundo e as questões apresentadas em sua imediaticidade. Por esse motivo, o detetive, nesse diapasão, deveria assumir uma postura errante, aceitando inclusive fracassar com suas investigações, pois só do fracasso seria possível vivenciar situações inauditas capazes de o aproximar dos problemas mais vitais.

Esses novos romances policiais acabam por imprimir um outro tom, menos reverente para com o real e mais paródico, um tom capaz de produzir outra coisa além de estereótipos ou puerilismos, conforme nota Deleuze (2006); capaz de mostrar “direções no real que nunca teríamos encontrados sozinhos” (DELEUZE, 2006, p. 115), direções possíveis apenas por conta do detetive e seus rivais que se permitirem errar, seguir sem método certo e sem interesse por uma verdade qualquer. Ora, seria esse o tom que Deleuze desejaria ver expresso no novo estilo de filosofia? Sem dúvida, sobretudo se lembrarmos seu desejo em produzir uma história da filosofia capaz de apresentar um “Hegel filosoficamente barbudo, um Marx filosoficamente imberbe, do mesmo modo que uma Gioconda bigoduda” (DELEUZE, 1988, p. 18) ou apresentar “um livro real da Filosofia passada como se tratasse de um livro imaginário e fingido” (DELEUZE, 1988, p. 18). Como não reconhecer aqui elementos daquela mesma ironia presente nos romances policiais elogiados por Deleuze? Se a renovação do estilo filosófico deve prosseguir a renovação dos meios de expressão presentes no campo das artes, essa renovação passaria, sem dúvida, pela adoção do tom irônico adotado nas narrativas de *detective stories*. A filosofia, nesse diapasão, poderia abdicar de buscar uma verdade, tal qual os antigos romances policiais, passando a aceitar a errância típica dos detetives da *Série Noir*, vivenciando situações inusitadas que demandariam a criação de conceitos para “resolver uma situação local” (DELEUZE, 1988, p. 17) e passíveis de serem modificados de acordo com os problemas com os quais se depara. A história da filosofia, ademais, deixaria de ser considerada uma sucessão de autores/as interessados/as em investigar a verdade, passando a ser um espaço a partir do qual as ditas errâncias ganhariam estofos e novas urgências seriam experimentadas. Seria esse, pois, o apelo deleuziano por um novo tom; tom este que, para

se fazer notar, exigiria pensar a filosofia não apenas como algo próximo a um romance policial, mas também como uma espécie de ficção científica.

As novas regras do exercício filosófico

“Eu faço, refaço e desfaço meus conceitos a partir de um horizonte móvel, de um centro sempre descentrado, de uma periferia sempre deslocada que os repete e os diferencia”, sentenciou Deleuze (1988, p. 17) em seu prólogo à *Diferença e Repetição*. Os conceitos, em diapasão deleuziano e deleuzo-guattariano, são criados, desmembrados e recriados ao sabor das errâncias experienciadas pelo/a pensador/a. Longe de buscar responder a problemas postos de partida, os conceitos respondem a situações surgidas por conta daquela dita urgência vivenciada por alguém. Não lidamos mais com um horizonte estático de problemas, aos quais a filosofia seria convocada a intervir e elaborar uma resposta – a pergunta metafísica sobre a essência das coisas, *o que é*, não tem qualquer relevância nesse horizonte deleuziano e/ou deleuzo-guattariano¹⁰ –, mas com um campo aberto no qual os problemas ainda estão por ser inventados. Se, antes, a filosofia dita tradicional se preocupava em lidar com problemas postos pela tradição e passíveis de receberem uma única resposta – ainda que essa necessitasse de muita discussão e, por vezes, reformulações em sua rota –, essa filosofia errante proposta por Deleuze¹¹, doravante, procuraria construir os seus próprios problemas, por meio de certa experimentação, perseguindo assim uma vereda discutida pelo filósofo francês desde *Bergsonismo*, obra na qual afirmou:

Com efeito, cometemos o erro de acreditar que o verdadeiro e o falso concernem somente às soluções, que eles começam apenas com as soluções. Esse preconceito é social (pois a sociedade, e a linguagem que dela transmite as palavras de ordem, “dão”-nos problemas totalmente feitos, como que saídos de “cartões administrativos da cidade”, e nos obrigam a “resolvê-los”, deixando-nos uma delgada margem de liberdade). Mais ainda, o preconceito é infantil e escolar, pois o professor é quem “dá” os problemas, cabendo ao aluno a tarefa de descobrir-lhes a solução. Desse modo, somos mantidos em escravidão. A verdadeira liberdade está em um poder de decisão de constituição dos próprios problemas: esse poder, “semidivino”, implica tanto o esvaecimento de falsos problemas quanto o surgimento criador de verdadeiros. (DELEUZE, 2012, p. 11)

Denunciar os falsos problemas, tarefa que assumirá proeminência em *Diferença e Repetição*¹², implicaria recusar responder aos problemas legados pela tradição a partir de regras

¹⁰ Em *Nietzsche e a Filosofia*, Deleuze (2018) insiste que a pergunta pelo que é, particularmente nos diálogos platônicos, remete a um modo particular de pensar, no qual não há espaço de nenhuma ordem para a variação das indagações e para a criação de outros problemas. Trata-se, em suma, de uma questão que condiciona o exercício filosófico a lidar com problemas sempre prontos, alçados à condição de universais, e desconsiderar qualquer perspectiva.

¹¹ E retomada, tempos depois, em *Mil Platôs*, obra escrita em parceria com Guattari, mormente no platô de número 12, 1227: Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra”. Ali, vislumbramos uma comparação do jogo de xadrez – compreendido como um jogo sedentário, por assim dizer, uma vez que suas peças são “codificadas, têm uma natureza interior ou propriedades intrínsecas, de onde decorrem seus movimentos, suas posições, seus afrontamentos” (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p.13) –, jogo passível de ser aproximado com o exercício filosófico em seu modo mais tradicional, com o jogo de go, mais próxima da ideia de um filosofia como experimentação – conforme análise apresentada alhures (XXXX).

¹² Ali, Deleuze retornaria à tal discussão, argumentando: “É um preconceito infantil, segundo o qual o mestre apresenta um problema sendo a nossa tarefa resolvê-lo e sendo o resultado desta tarefa qualificado de verdadeiro ou de falso por uma autoridade poderosa. E é um preconceito social, no visível interesse de nos manter crianças, que sempre nos convida a resolver problemas vindos de outro lugar e que nos consola, ou nos distrai, dizendo-nos que venceremos se soubermos responder: o problema como obstáculo e o respondente como Hércules. É esta a origem de uma grotesca imagem da cultura, que se reencontra igualmente nos testes, nas instruções governamentais, nos concursos de jornais. (DELEUZE, 1988, p. 228)”

definidas a priori, por meio das quais todo e qualquer problema comportaria uma única e real solução, sendo as demais respostas imprecisas ou simplesmente falsas. Se há uma regra capaz de regular o exercício filosófico, essa regra deveria se alinhar a tal preceito e, assim, assumir que não há, de fato, nenhuma regra para estabelecer um reto caminho para a filosofia, apenas errância. Apenas por meio desse jogo errático seria possível ultrapassar a cadeia ordinária que aprisiona nossos modos de pensar e viver, abrindo uma senda desconhecida a partir da qual podemos começar a, de fato, filosofar¹³. Tal prolegômeno levou Deleuze a indagar “como escrever senão sobre aquilo que não se sabe ou que se sabe mal?” e, adiante, responder “Só escrevemos na extremidade de nosso próprio saber, nesta ponta extrema que separa nosso saber e nossa ignorância e que transforma um no outro. É só deste modo que somos determinados a escrever” (DELEUZE, 1988, p. 18).

Se apenas escrevemos nesse espaço de ignorância, provocado pelas errâncias nas quais adentramos e pelo abandono de qualquer referencial seguro, bem como de qualquer porto seguro, isso significa que passamos a escrever, e por conseguinte pensar, apenas quando abdicamos de tentar responder as indagações históricas que assombram a filosofia, em favor de uma outra coisa. Por esse motivo, Deleuze não deixa de considerar o exercício filosófico como um exercício de ficção científica, no qual não haveria espaço para as velhas figuras metafísicas – “nem a do homem, nem a de Deus, nem a do mundo” (DELEUZE, 1988, p. 17) –, mas apenas para um *erewhon*, um aqui- agora cujas coordenadas fogem de qualquer métrica pré-formatada. Esse aqui- agora defendido por Deleuze, conforme notou Gregory Flaxman (2009), aponta para uma filosofia voltada para o futuro, um futuro no qual vigora um mundo que não esse nosso, sem os mesmos pontos de referência, e no qual poderíamos experimentar outras composições sem recorrer a ideais e valores universais prescritos por aquelas supramencionadas figuras metafísicas.

Ora, nesse diapasão, qual espaço reservado para a história da filosofia? Esta, depois que deixamos de lado o tom reverencial pelo exercício filosófico, surgiria como uma espécie de companhia de pensamento, documentos de errâncias alheias recuperadas a fim de promover guinadas e desvios em nosso percurso, na lida com nossas urgências. Auxiliar-nos-iam, portanto, na elaboração de nossas errâncias, ofertando situações capazes de nos provocar e nos levar a outras searas de pensamento. Se retomamos as obras de Nietzsche ou Espinosa, portanto, isso não se deve por conta da similaridade dos problemas enfrentados por eles com os nossos ou por um interesse desmedido em compreender aquilo que disseram acerca de um ou outro problema, apenas, mas sim devido a uma urgência vital que nos leva a buscar em suas ideias uma companhia de pensamento, ou uma situação problemática, capaz de nos possibilitar experienciar outras errâncias – errar em companhia, em suma. Adentramos no campo problemático criado por um/a filósofo/a não a fim de compreender os problemas com os quais depararam e os modos como o solucionaram, mas sim visando extrair novos dados para as nossas questões, capazes de vitalizar nossas investigações. Algo próximo ao movimento vislumbrado por Deleuze nos filmes de Kurosawa, nos quais:

[o filme] é a busca obstinada da questão e de seus dados, através das situações. E a descoberta da resposta, à medida que a busca avança. A única resposta consiste em fornecer novamente dados, em reabastecer o mundo com dados, em fazer circular alguma coisa, na medida do possível e por menor que seja, de tal modo que, através desses dados

¹³ Para Deleuze (2010), convém notar, não padecemos de uma propensão natural para o pensar, pensamos apenas coagidos, quando de um encontro violento com signos sensíveis que nos forcem a pensar.

novos ou renovados, surjam e se propaguem questões menos cruéis, mais alegres, mais próximas da Natureza e da vida. (DELEUZE, 1985, p. 237)

Não podemos deixar de notar como essa concepção deleuziana e deleuzo-guattariana da filosofia, compreendida como uma experimentação de pensamento, atrela-se a uma busca vital. Ao fim, não podemos deixar de pontuar, buscamos pensar de outro modo a fim de promover outros modos de existência. A busca por um novo tom e novas regras, por conseguinte, parece visar não apenas a promoção de um novo estilo, mas também a promoção de novas formas de vida.

Considerações finais

Se o novo tom, paródico, permite à filosofia questionar o estado de coisas tal qual instituído, possibilitando ao/à filósofo/a errar; as novas – e inexistentes - regras do exercício filosófico, por seu turno, acabam por integrar tal programa e se colocam contra o tempo presente, em favor de um porvir que escapa de qualquer condicionante ou relação causal, derivando sempre da errância à qual o pensamento deve se entregar. As novas regras para o exercício filosófico, buscada por Deleuze (1988; 2006) em suas obras, deriva da própria dimensão errática e experimental demandada pelas situações locais vivenciadas pelo/a filósofo/a e não se coaduna em um corpo de normas a ser seguido e/ou aplicado; sendo impossível, por esse motivo, transmutá-la em um método. O que resta, portanto? Experimentar.

A filosofia, em Deleuze e Deleuze-Guattari, surgiria como uma experimentação, não como um experimento. Se o experimento visa a produção de regras e métodos de caráter universal, capazes de comprovar uma lei imutável que serviria a todos e qualquer um, a experimentação lida sempre com problemas contingenciais e não visa se transmutar em um código de conduta, apenas procura propiciar situações nas quais certas urgências vitais possam surgir com suas demandas e pontuação de caminhos. A filosofia, enquanto experimentação ao menos, não visa a produção de conhecimentos, mas a promoção de outros modos de vida. Para que estes possam surgir, convém abdicar de toda e qualquer coordenada, de todo e qualquer hábito, atingindo aquela zona de não saber que nos impele a pensar/escrever/viver. Só podemos atingir tal zona, alerta-nos Deleuze e Deleuze-Guattari, caso deixemos o velho estilo de filosofar de lado, experimentando adotar novos tons e novas regras.

Referências

- DELEUZE, G. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G. "Carta a um crítico severo". In: DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 2007a, p. 11-22.
- DELEUZE, Gilles. *Cinema: a imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. 2ª Edição. São Paulo: Graal, 2006.
- DELEUZE, G. *Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. 1ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2004.
- DELEUZE, Gilles. "Filosofia da Série Noir". In: DELEUZE, Gilles. *A Ilha Deserta: e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006. pp. 111-116.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a Filosofia*. São Paulo: N-1, 2018.
- DELEUZE, Gilles. "O ato de criação". In: DELEUZE, Gilles. *Dois Regimes de Loucos*. São Paulo: Editora 34, 2016. pp. 332-343.
- DELEUZE, G. *Proust e os signos*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DELEUZE, G. "Sobre a filosofia". In: DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 2007b, p. 169-193.
- DELEUZE, G. "Table ronde sur Proust". In: DELEUZE, G. *Deux Régimes de Fous: textes et entretiens 1975-1995*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003. p. 29-55.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo & esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2008.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Trad. José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.
- FLAXMAN, G. Gilles Deleuze, filósofo do futuro. *ETD - Educação Temática Digital*, São Paulo, 9, n.especial, pp. 1-14. 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- HARDT, M. *Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- LAPOUJADE, David. *Deleuze e os movimento aberrantes*. São Paulo: N-1 Edições, 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. *Margens da Ficção*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- SAUVAGNARGUES, Anne. "Deleuze, cartografias do estilo: assignificante, intensivo, impessoal". In: *ARTEFILOSOFIA*, Ouro Preto, v.5, n.9, pp. 20-34, out.2010.
- UNO, K. *Guattari: confrontações – conversas com Kuniichi Uno e Laymert Garcia dos Santos*. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci. vinci@unicamp.br